

Marco Aurélio de Lima Choy

**O CONFRONTO
ENTRE O PRINCÍPIO
DA SOBERANIA
POPULAR E AS
INELEGIBILIDADES
DIANTE DA LEI
COMPLEMENTAR
Nº 135/2010**

O Direito de Representação
por Candidatos “Fichas-Sujas”

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Sumário

Introdução.....	1
1. Povo e Democracia.....	11
1.1. Quem é o povo soberano?	14
1.1.1. A doutrina da soberania popular.....	18
1.1.2. Contradições entre autonomia e dominação do povo na democracia	22
1.2. Teorias contemporâneas da democracia: entre o liberalismo e o republicanismo	24
1.2.1. Teoria liberal da democracia.....	31
1.2.2. Teoria republicana da democracia	39
1.2.3. Autonomia pública e inclusão: interfaces entre constituição e democracia.....	48
1.3. Restrições ao poder do povo na democracia: representação, eleições e sufrágio.....	53
1.3.1. Considerações sobre representação política.....	56
1.3.2. Transformações modernas no instituto da representação política.....	62
1.3.3. Restrições ao direito de sufrágio	65
2. Exercício da Elegibilidade: Limitações ao Direito de Representação	71
2.1. Inelegibilidade: Constituição e Doutrina pátria	76
2.1.1. O caso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva	89
2.1.2. Análise do Princípio da Presunção de Inocência	95
2.1.3. O questionável Princípio da Moralidade.....	105
2.1.4. Temporalidade como requisito	109
2.2. Inelegibilidades no ordenamento internacional	113
2.3. Análise de constituições de Estados democráticos	120

3. Análise da Soberania Popular e Representação à Luz das Restrições de Candidatura	131
3.1. A judicialização da política	136
3.2. Morosidade do judiciário.....	154
3.3. A Democracia no Brasil a partir de uma análise crítica.....	159
3.4. Soberania popular e o sufrágio universal como tutelados	170
3.5. Controle de convencionalidade: a questão da Filiação Partidária e a Aplicação da Lei da Ficha-Limpa.....	181
3.6. Considerações sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa	190
Considerações Finais	207
Referências	221